

Novo Congresso não garante apoio a Cardoso

■ Aliança de seis partidos, embora numericamente majoritária, não é suficiente para assegurar aprovação da reforma constitucional

Não há ilusões pavimentando o caminho por onde passam as relações do presidente Fernando Henrique Cardoso — que completa 30 dias no poder — e o novo Congresso que se instala hoje jurando fidelidade à Constituição que vai ajudar a retalhar muito em breve. Aparentemente mudado graças a uma elevada taxa de renovação provocada pelas eleições de outubro — calculada oficiosamente em quase 60% — não mais do que apenas 20% dos 513 deputados e 81 senadores (54 deles recém-eleitos) são efetivamente *caras* novas que nunca antes circularam pelo cenário árido da capital da República e que, em princípio, não conhecem vícios e virtudes do Legislativo.

Mas o percentual de renovação — onde se deposita a esperança de reação do eleitor contra certas práticas do Congresso — é o melhor parâmetro para avaliar o comportamento futuro dos novos congressistas. O instinto de sobrevivência — previsto em qualquer manual de prática política no Brasil — sempre fala mais alto. Passado o frenesi da posse, vai prevalecer o insuperável veredicto do vice-presidente Marco Maciel, lançado nos primeiros dias do novo governo: “O governo vai ter que articular sua maioria caso a caso, durante a reforma constitucional”.

No Planalto, o presidente, certamente, não será apanhado de sur-

presa. Afinal, ele sabe o que a maioria espera e guardou para ela a fartura dos cargos de segundo escalaço — que serão preenchidos só agora por determinação presidencial — para *costurar*, com habilidade fransciscana, uma rede de apoio no Congresso capaz de alavancar a votação das reformas.

“Não há como construir maioria estável no processo político brasileiro. O mandato é individual, não há fidelidade partidária e, por isto, deputados e senadores normalmente tornam bastante oneroso para o governo o custo da transação”, avalia o sociólogo Edson Nunes, do instituto de pesquisa Data-Brasil, para quem os partidos estão reduzidos a função de “corretagem da sigla”.

Teste — Em outras palavras, o teste da maioria governista será a votação caso a caso no plenário. Situação que o senador e ex-governador mineiro Francelino Pereira (PFL) traduz com elegância: “Não existe apoio incondicional”. Outro mineiro e pefelista, o ex-ministro Eliseu Rezende, eleito deputado, completa: “Não voto tudo, mas sei contributivo”. Mas é apenas coincidência a origem partidária e federativa comuns a Francelino e a Eliseu. Mesmo um tucano de alta plumagem como o deputado Carlos Wilson (PE), se rende e justifica os fatos: “O apetite fisiológico é legítimo, embora seja maior que os car-

gos existentes”. O apetite costuma crescer quando a questão é mexer na Constituição. Afinal, o governo vai precisar de dois terços de deputados (305) e dois terços de senadores (49) — em rodada dupla de votação — para aprovar as reformas. “Nunca fomos tão necessários”, comemora o ex-ministro Eliseu Rezende, agora do outro lado do balcão. A *gula* política, portanto, não esgota o rol de obstáculos para o governo. Independente de ter saudado “com satisfação” a intenção do PT de participar dos debates — mesmo que seja contra as propostas do governo — o presidente Fernando Henrique Cardoso vislumbrou a possibilidade de contar com a bancada petista para garantir quórum regimental para as votações. Com 49 deputados, o PT tem um poder de fogo para obstruir, se ausentando.

Além disto, existe o *fator gazeta*. O hábito dos congressista de não frequentarem assiduamente o Congresso. Contra isto, o virtual presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), levantou o tacape: “Vou botar o plenário para votar”. Sua proposta passa pelo fim do consenso das lideranças que controla — com poucos votos — a pauta das votações. Mas o vigor de Luís Eduardo é acompanhado de uma advertência ao governo: “O Poder Legislativo será independente como sempre preguei”.